



Formulário de comentários e sugestões / Consulta Pública nº 03/0000

Este formulário deverá ser encaminhado à Arsesp para o endereço eletrônico consultapublica@arsesp.sp.gov.br

Participante: Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE)
 Meios de Contato: (21) 2531-0010 / contato@cbie.com.br / adriano@cbie.com.br - Adriano Pires

| | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> agente econômico <input type="checkbox"/> representante de órgão de classe ou associação <input checked="" type="checkbox"/> consumidor ou usuário <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental | <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor <input type="checkbox"/> Outros: _____ |
|--|--|

Proposta de cálculo da Margem Máxima, Fator X e Estrutura Tarifária da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás.

| Item da Nota Técnica | Contribuição | Justificativa |
|--|---|---|
| 3.9 Segmento de Termogeração | Redução em cerca de 40% no consumo projetado para o segmento de termogeração, em relação aos valores apresentados na Tabela 3.19 . | <p>Existe um grande desafio para a distribuidora na Nota Técnica apresentada, que é atender à demanda projetada para o segmento de termogeração. É inegável a importância das térmicas a gás para dar segurança energética ao Sistema Interligado Nacional (SIN) garantindo uma energia de menor custo e emissões em comparação com térmicas a carvão ou derivados de petróleo. Principalmente considerando que a opção por hidroelétricas a fio d'água, sem a presença de um reservatório para regularização de vazão, e o crescimento da participação de renováveis intermitentes na matriz vai exigir a ampliação do segmento termoeletrico para garantir energia de base ao sistema.</p> <p>Por outro lado, o acionamento das térmicas depende da sazonalidade hídrica, levando a um consumo cíclico. Dessa forma, as usinas atendidas pela Comgás não vão operar à sua máxima capacidade o tempo todo, o que permite a revisão do consumo em cerca de 40% abaixo do apresentado na Tabela 3.19. Comparando o valor de 832,66 milhões de m³ proposto para o período 2018/2019 na Tabela 3.19 com o volume real registrado na Tabela 3.22 para 2017/2018 (436,38 milhões de m³), chega-se a um aumento percentual de 90,8%. A proposta de revisar o consumo para menos 40% resultaria em 499,60 milhões de m³ para 2018/2019, um aumento de 14,5% em relação a 2017/2018.</p> |
| Anexo III – Item 3.6 Projeto Subida da Serra | O Estado de São Paulo possui alguns dos maiores campos produtores de petróleo e gás do Brasil, no <i>offshore</i> na Bacia de Santos, onde se localiza a maior parte dos campos do pré-sal. São os casos dos campos de Lula e Sapinhoá, maiores produtores de petróleo e gás natural do Brasil. A Bacia de Santos já responde por | |

mais de 50% da produção nacional, ultrapassando a Bacia de Campos e fazendo do Estado de São Paulo o segundo maior produtor do país. Há uma expectativa grande no futuro acerca dos novos campos do pré-sal, concedidos nas últimas Rodadas de Licitação da Agência Nacional do Petróleo Gás e Biocombustíveis (ANP). Estima-se, por exemplo, que o Campo de Carcará, próximo a Sapinhoá, tenha potencial de produzir 20 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d) de gás, o que representa, atualmente, a segunda maior produção do país. Muitos desses campos do pré-sal têm previsão para entrar em operação nos próximos anos.

Essa produção de gás natural estimada para o futuro pode garantir a independência energética do Estado de São Paulo. No entanto, a infraestrutura existente não será suficiente para escoar e distribuir toda essa oferta adicional de gás, necessitando de investimentos para sua expansão. Os dados do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural (ANP) para o mês de janeiro de 2019 mostram que o campo de Lapa (SP) queimou 1,096 milhões de m³/d e que foram reinjetados 24 milhões de m³ de gás natural somente na Bacia de Santos. Os números apresentados indicam que a infraestrutura existente já é deficiente mesmo para o nível atual de oferta.

Atualmente, o escoamento do gás natural produzido no estado de São Paulo se dá apenas por meio dos gasodutos Rota 1 (via Tambaú-Mexilhão) e PMLZ-RPBC¹, que escoam a produção dos Campos de Merluza e Lagosta. Com o aumento da produção no pré-sal, será necessário construir o quanto antes um novo gasoduto de escoamento, o Rota 4, ligando os novos campos na Bacia de Santos com grande potencial de produção por muitos anos, como Carcará e Lapa, ao Estado de São Paulo.

O impacto desse aumento na oferta para o estado de São Paulo e a região Sul pode ser similar ao registrado nos anos 2000 com a inauguração do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). Os investimentos para construção do Gasbol foram de aproximadamente US\$ 2 bilhões. O primeiro trecho do gasoduto, que permitiu a importação do gás natural boliviano, foi inaugurado em 1999, aumentando o consumo de gás natural em São Paulo de 0,23 para 1,35 milhões de m³/d entre 1998 e 2000. À época, não havia exploração no pré-sal nem a tecnologia de liquefação para importação de Gás Natural Liquefeito (GNL) por navios, fazendo com que apenas o Rio de Janeiro (RJ) e o Nordeste tivessem um mercado desenvolvido, abastecido pelo gás natural produzido em campos *onshore* ou em águas rasas da Bacia de Campos. Com o aumento da importação, o mercado paulista cresceu de forma consistente e, em 2018, igualou o do Rio de Janeiro, que oscila de acordo com a demanda das térmicas.

O Rota 4 pode proporcionar um desenvolvimento parecido. Entretanto, para que o gasoduto seja economicamente viável, é necessário estimular a demanda, não só pela construção de térmicas a gás natural e Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs) no litoral, mas também pela ampliação da rede distribuição. É importante destacar também que a construção do Rota 4 também é uma excelente oportunidade para disponibilizar o gás natural a baixo custo para clientes industriais da concessionária Comgás na região do ABC Paulista e reverter sua desindustrialização.

Portanto, para que o projeto do Rota 4 tenha uma taxa de retorno atrativa é imprescindível a **ampliação do Gasoduto de Distribuição para alcançar Novos Clientes no interior do estado, único investimento que depende do regulador estadual, a ARSESP**. A ampliação do Projeto “Subida da Serra” é fundamental para viabilizar o aproveitamento do gás natural que contribuirá com o desenvolvimento do Estado de São Paulo e o projeto demandará um investimento elevado.

Tal como apresenta a Nota Técnica Preliminar nº 0019/2019, as características operacionais do projeto assemelham o “Subida da Serra” a um gasoduto de transporte, com 31,5 quilômetros (km) de extensão em tubos de aço de 20 polegadas, pressão de 70 bar, e capacidade de movimentar até 16 milhões de m³/d. Orçado em R\$ 473,5 milhões, o projeto representa 70% dos investimentos em reforço e 10,14% do CAPEX total proposto pela concessionária de distribuição Comgás para o Quinto Ciclo Tarifário. Atualmente, o gasoduto de distribuição “Subida da Serra” tem capacidade de transportar cerca de 1 milhão de m³/d de gás natural e a expansão prevista será essencial para o escoamento do gás que não for processado nas novas UPGNs nem consumido nas novas térmicas.

O projeto “Subida da Serra” representa o reforço da infraestrutura existente na Baixada – Região Metropolitana de São Paulo – Subida da Serra, o que é vital para proporcionar segurança energética a partir de novas fontes de suprimento, e, por consequência, internalizar a arrecadação tributária (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS) no estado de São Paulo.

Oportunidade da 4ª Revisão Tarifária Ordinária

Para investir na ampliação do gasoduto de distribuição “Subida da Serra”, que liga o Rota 4 à Grande São Paulo, é preciso definir o custo de capital/investimento (CAPEX) necessário para ampliação do gasoduto. Por ser uma substituição de um ativo existente, o projeto de reforço da rede “Subida da Serra” já é reconhecido na Base de Remuneração Regulatória. Portanto, para que a ampliação deste gasoduto seja viável, o investimento projetado precisa ser incluído pela agência reguladora estadual na revisão tarifária da Comgás, objeto desta Consulta Pública. Caso não haja uma definição, outra oportunidade

¹ PMLZ-1 = Plataforma de Merluza e RPBC = Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão (RPBC)/ SP, onde há uma Unidade de Gás Natural.

como essa só aparecerá na próxima revisão, daqui a 5 anos.

O uso do gás natural escoado pelo Rota 4 vai trazer receita para o Estado de São Paulo, a partir dos *royalties* pela exploração do gás natural. Ao mesmo tempo, a viabilização do “Subida da Serra” aumentará a arrecadação de ICMS do estado pela expansão do consumo. Nesse sentido, é importante lembrar que o Gasbol não gera ICMS para o estado de São Paulo, mas sim para o Mato Grosso, primeiro estado que o gasoduto passa quando entra no Brasil.

Fica claro que o Estado de São Paulo pode auferir os benefícios de toda a oferta prevista de gás natural, mas é necessário que ocorra uma operação conjunta e estruturada. É o momento oportuno para a ARSESP incluir o CAPEX adequado ao reforço da rede de distribuição por meio do Projeto Subida da Serra. Essa ampliação do gasoduto de distribuição é essencial para estimular a demanda de gás de forma a justificar os investimentos no Rota 4.

O projeto do Rota 4, que ainda depende de fomento do governo federal, é a oportunidade de escoar o gás do pré-sal e aproveitá-lo em novas usinas térmicas e UPGNs. Nesse sentido, o governo de São Paulo pode sair na frente, aproveitando a revisão tarifária da Comgas para expandir seu gasoduto de distribuição e, com isso, criar uma demanda capaz de expandir o uso de gás no estado e disponibilizar um energético com menor custo e com potencial para aumentar a arrecadação.